

Mais*

TRÊS TERREIROS JÁ FORAM AFETADOS E OUTROS DOIS RECEBERAM COMUNICADO DE DEMOLIÇÃO

Terreiro no Lobato seria demolido para passagem do VLT; ontem, engenheiro foi ao terreiro comunicar a desistência



ARISSON MARINHO / ARQUIVO CORREIO

O LOGUN SILÉ FICA

Fernanda Santana

REPORTAGEM

fernanda.santana@redabahia.com.br

O Terreiro Ilê Axé Obá Logun Silé, no Lobato, não será mais demolido. O templo religioso daria lugar a um trecho do Monotrilho - que substituiu o projeto inicial do VLT - ligando o bairro do Comércio, em Salvador, e a Ilha de São João, em Simões Filho. No final de semana, o CORREIO contou histórias de terreiros em Salvador, entre eles o Logun Silé, que estavam ameaçados pelas obras do Monotrilho e da Avenida 29 de Março e narrou a resistência das lideranças religiosas.

O babalorixá Pai Márcio de Ayrá recebeu, ontem, o comunicado oficial do consórcio Skyrail, composto pelas empresas BYD Brasil e Metrogreen que, numa parceria Público-Privada (PPP) com o governo do estado, implantará o sistema.

Por volta das 10h, um engenheiro bateu à porta do terreiro e deu a notícia para o babalorixá. "Fiquei bastante feliz. A agonia da deslocação, a preocupação acabaram", contou.

O Terreiro, aberto há 11 anos por Pai Márcio, seria apenas um dos demolidos na cidade. Na reportagem publicada pelo CORREIO, mostramos que

Lobato Após CORREIO mostrar terreiros ameaçados para passagem de obras do VLT, governo estadual desiste de demolição

três templos foram destruídos para dar passagem à Avenida 29 de Março, segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), enquanto outros dois aguardavam os tratores.

Algumas lideranças religiosas temiam o processo de indefinição, enquanto assistiam à demolição de terreiros de babalorixás conhecidos e viam a derrubada de vegetação sagrada dos seus próprios templos, por exemplo.

"Cada verde que tiram, é co-

mo se tirassem uma parte de mim. O que estou podendo fazer é replantar. Já conversei com eles [do governo]. Disseram que não podiam fazer nada", lamentou Pai Cica, babalorixá do Terreiro Ilê Axé Ayrá, cuja área verde sagrada foi parcialmente destruída.

No caso do Ilê Axé Obá Logun Silé, que fica no Subúrbio Ferroviário de Salvador, uma das regiões com maior concentração de terreiros da capital baiana, o comunicado da demolição havia chegado em novembro passado. Ontem, lideranças religiosas comemoraram a permanência do terreiro.

"A gente recebe com alegria, primeiro porque vemos que as instituições estão funcionando, vemos também a força da imprensa em noticiar - por isso, precisamos de uma imprensa livre e forte - e porque um terreiro de Candomblé é guardião de um conjunto de saberes e fazeres ancestrais que vieram para o Brasil e precisam desses espaços para existir", disse o presidente da Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro-Ameríndia (AFA), Leonel Monteiro.

O presidente do Conselho Municipal de Comunidades Negras, Evilásio Bouças, também agradeceu. "Nós, que vivemos na luta em defesa dos terreiros e no combate



Se houvesse uma lagoa, a obra esbarra nos órgãos ambientalistas. Por que não proteger o sagrado e nossa religião? A gente fica satisfeito com essa decisão de devolver o terreiro

Ribamar Daniel

Presidente da Sociedade Cruz Santa do Afonjá e um dos Obás de Xangô do terreiro



A gente recebe com alegria, primeiro porque vemos que as instituições estão funcionando, vemos também a força da imprensa - por isso, precisamos de uma imprensa livre e forte

Leonel Monteiro

Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro-Ameríndia (AFA)



Nós, que vivemos na luta em defesa dos terreiros e no combate à intolerância religiosa, ficamos felizes e agradecidos. Quando a gente consegue ser contemplado, de satisfação

Evilásio Bouças

Presidente do Conselho Municipal de Comunidades Negras



Fiquei bastante feliz. A agonia da deslocação, a preocupação acabaram. O povo [de santo] me ligou, já estava todo mundo querendo fazer passeata, caminhada Pai Márcio de Ayrá

Babalorixá do Ilê Axé Obá Logun Silé, no bairro do Lobato, que não será mais demolido

Negócio Trios elétricos do Carnaval de Salvador movimentam R\$ 20 milhões por ano PÁG. 16

Investigação Depois da morte de Adriano da Nóbrega, ministros do STJ falam em federalização do caso Marielle PÁGS. 18 E 19

à intolerância religiosa, ficamos felizes e agradecidos. Quando a gente consegue ser contemplado, é motivo de regozijo, de satisfação”, disse.
 “Se houvesse uma lagoa, a obra esbarra nos órgãos ambientalistas. Por que não proteger o sagrado e nossa religião? A gente fica satisfeito com essa decisão de devolver o terreiro”, completou Ribamar Daniel, presidente da Sociedade Cruz Santa do Ilê Axé Opô Afonjá.

ÁREA DE TERREIROS

Apenas no Lobato, onde fica o Logun Silé, eram 29 terreiros, quando o Centro de Estudos Afro-Orientais fez o último levantamento, em 2006. Na visita de ontem, o engenheiro da Skyrail tirou fotos do templo e garantiu que ele permanecerá onde está. A previsão é que, dos 32 metros de extensão da Casa, três ainda precisem ser demolidos. Duas famílias vizinhas à direita do terreiro também não serão mais desapropriadas.

Antes, a previsão era de que, naquela rua, 23 famílias fossem retiradas. As casas haviam sido marcadas por números - códigos das demolições - em março de 2019.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado foi procurada pelo CORREIO ontem para explicar os detalhes da mudança, mas não respondeu até o fechamento desta edição. A pasta também não havia apresentado o traçado completo do Monotrilho. A reportagem não conseguiu contato com o consórcio responsável pela obra. “O povo [de santo] me ligou, já estava todo mundo querendo fazer passeata, caminhada”, contou Pai Márcio.

PERPETUAÇÃO

Desde o início das obras da Avenida 29 de Março, que faz a ligação da BR-324, na altura de Águas Claras, com Piaô, na Orla, a AFA encaminhou ao Ministério Público da Bahia (MP-BA) quatro ofícios em que cobra respostas do governo sobre os impactos das obras aos terreiros. O caso de Pai Márcio fundamentava um deles. Hoje, a estimativa da AFA é de que existam, em Salvador, 2 mil terreiros.

A Conder, órgão do governo do estado responsável pela 29 de Março, disse que está atenta a minimizar os impactos em áreas sagradas. “A Conder esclarece que, desde o início, já na elaboração de seus projetos e depois, durante a sua execução, nas áreas de mobilidade e infraestrutura urbana, está atenta para minimizar os impactos sempre que encontra áreas destinadas ao sagrado, a exemplo de templos, igrejas, terreiros de candomblé, entre outros”, diz a nota.

OUTROS TERREIROS SEGUEM EM RISCO

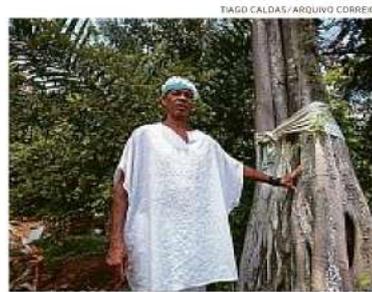
● **O primeiro** Em 2014, caiu o primeiro terreiro para passagem das obras da Avenida 29 de Março: o Ilê Axé Obákweran, que ficava Águas Claras. Antes, a vegetação sagrada já havia sido destruída. O líder do terreiro foi procurado, mas não quis falar com a reportagem. O templo foi reaberto, em Lauro de Freitas, no ano seguinte. Além dele, outros dois já tiveram áreas destruídas e mais dois aguardam os tratores.

● **Choque Pai Valtinho**, sacerdote do Ilê Axé Oyia Oji Oke, na Via Regional, disse que foi um choque saber da demolição de seu terreiro para a obra da avenida. Ele ainda não sabe para onde vai. “Para mim foi um choque. Ainda não sei quando sairei nem para onde vou”, conta Valtinho, que foi comunicado sobre a demolição do terreiro em dezembro.



Pai Valtinho, babalorixá de terreiro na Via Regional, recebeu comunicado de demolição

● **Replântio Pai Cica**, babalorixá do Ilê Axé Ayrá, em Águas Claras, já viu parte da área verde sagrada de seu terreiro, fundado em 1986, ser destruída para a passagem das obras. “Cada verde que tiram, é como se tirassem uma parte de mim. O que estou podendo fazer é replantar. Já conversei com eles [governo]. Disseram que não podia fazer nada”, lamenta. Desde dezembro, ele está literalmente à beira do precipício de barro criado pela escavação e terraplanagem da área onde passará uma pista de ligação da Avenida 29 de Março.



Pai Cica, do Ilê Axé Ayrá, em Águas Claras, já viu parte da área verde sagrada ser destruída

● **Mais casos** Ao logo da história, os terreiros passaram por problemas como demolições e destruições de áreas verdes sagradas. O Oxumarê e a Casa Branca, por exemplo, tiveram pontos sagrados destruídos para a construção da Avenida Vasco da Gama, na década de 1950. O antropólogo Ordep Serra acredita que há pelo menos três pontos a ser pensados em casos de demolições de terreiro: o religioso, o territorial e o social. A demolição de um terreiro, significa, avalia, na quebra de laços, numa sensação de perda de pertencimento e de referências religiosas.



Na edição de final de semana, CORREIO mostrou situação dos terreiros

CORREIO noticiou casos no sábado

A decisão do governo do estado de não mais demolir o Ilê Axé Obá Logun Silé, no bairro do Lobato, foi divulgada ontem, três dias depois de o CORREIO noticiar o dilema vivido pelas lideranças religiosas, diante da ameaça de que mais dois terreiros sejam demolidos para a passagem de duas obras estaduais - a Avenida 29 de Março e o Monotrilho, que substituiu o projeto original do VLT.

A estimativa do Ministério Público da Bahia (MP-BA), ouvido na reportagem publicada no último sábado, era de que 374 famílias sejam afetadas pelas duas obras. As casas da Rua Voluntários da Pátria, no Lobato, também estão marcadas desde março de 2019 - lá, 23 famílias serão desapropriadas.

Ontem, além da decisão de cancelar a demolição de um dos cinco terreiros ameaçados, o Logun Silé, também foi informado que duas famílias que são vizinhas do terreiro, na mesma rua, também não precisarão mais sair de suas casas.

Naquela rua, uma sede Igreja Adventista do Sétimo Dia teve 15 metros de terreno desapropriados, mas não será demolida.

Falta de documentação afeta direitos

Hoje, um dos principais problemas enfrentados pelos terreiros é a falta de documentação que prove a posse. Por isso, muitos deles podem ter direitos prejudicados. Não há nenhum programa de garantia da posse ou proteção, exceto um decreto, sancionado em 2014 pelo Prefeito ACM Neto, que possibilita aos terreiros terem isenção fiscal.

Segundo o coordenador de ações transverais da Secretaria Municipal da Reparação, Leomar Borges, só 221 terreiros - dos mais de 2 mil de Salvador e dos 724 cadastrados na pasta - conseguiram isenção por apresentar a documentação devida. É possível cadastrar um terreiro no Conselho Municipal das Comunidades Negras, na Rua Carlos Gomes, no prédio do Clube de Engenharia. “Durante muito tempo, os terreiros ficaram às margens, é o que chamamos de racismo institucional. Até você convencer que essas pessoas vão ter direitos... é um processo”, afirmou Borges.